



SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DE PERNAMBUCO
ESCOLA DE GOVERNO EM SAÚDE PÚBLICA DE PERNAMBUCO
ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA

Karlla Priscila Monteiro Viana

**EDUCAÇÃO PERMANENTE: UM PROJETO DE EXTENSÃO DA INSTITUIÇÃO DE
ENSINO TÉCNICO DE ENFERMAGEM NO MUNICÍPIO DE LAGOA DE
ITAENGA/PE.**

Lagoa de Itaenga,

2017



SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DE PERNAMBUCO
ESCOLA DE GOVERNO EM SAÚDE PÚBLICA DE PERNAMBUCO
ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA

Karlla Priscila Monteiro Viana

EDUCAÇÃO PERMANENTE: UM PROJETO DE EXTENSÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO TÉCNICO DE ENFERMAGEM NO MUNICÍPIO DE LAGOA DE ITAENGA/PE.

Projeto de Intervenção apresentado ao Curso de Especialização em Saúde Pública da Escola de Governo em Saúde Pública de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista Saúde Pública.

Orientadora: Msc. Mauricéa Maria de Santana

Lagoa do Itaenga

2017

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Nelson Chaves (ESPPE), com os dados fornecidos pelo autor.

V614e Viana, Karlla Priscila Monteiro.

Educação permanente: um projeto de extensão da instituição de ensino técnico de enfermagem no município de Lagoa de Itaenga-PE. Garanhuns-PE, 2017.
22f.:il.

Orientador (a): Mauricea Maria de Santana.
Projeto de Intervenção (Curso de Especialização em Saúde Pública) –
Escola de Saúde Pública de Pernambuco – ESPPE.

1. Atenção Primária. 2. Educação Permanente. 3. Educação Profissional. I. Título.

ESPPE / BNC

CDU – 377.3:616-083(813.42)

Bibliotecária Responsável: Anefátima Figueiredo – CRB-4/P-1488

RESUMO

A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) tem como fundamento os princípios do SUS a partir da realidade dos serviços de saúde, valorizando seu caráter continuado e multiprofissional. O presente projeto de intervenção tem por objetivo, desenvolver um projeto de extensão nas USFs, da Estratégia de saúde da família na perspectiva de suprir as lacunas de educação permanentes vivenciadas nesse cenário de prática da integração ensino serviço no município de Lagoa de Itaenga/PE. Como resultados, espera-se melhorar o processo de integração ensino serviço, com a contribuição da instituição de ensino técnico enquanto contrapartida na educação permanente dos técnicos de enfermagem atuantes na atenção Primária à saúde do município. De uma forma geral, enfatiza-se a importância de uma política de educação permanente, para melhor capacitação e melhoria da atuação deste segmento profissional na ESF do município.

PALAVRAS CHAVES: Atenção Primária, Educação Permanente, Educação Profissional.

SUMÁRIO

Introdução.....	6
Justificativa.....	8
Objetivos.....	9
Revisão de Literatura.....	10
Características da Intervenção.....	13
Resultados Esperados.....	17
Viabilidade.....	18
Cronograma.....	19
Orçamento Estimado.....	20
Financiamento.....	20
Referências Bibliográficas.....	21
Anexos.....	22

1. INTRODUÇÃO

A construção do Sistema único de saúde (SUS) ascende substantivamente desde sua criação, e a cada dia se fortalece as evidências da importância da Atenção Primária à saúde (APS) nesse processo. A estruturação da APS no Brasil tem como seu agente propulsor, a criação do Programa de Saúde da Família, que se dissemina no país, deixando o formato inicial de programa governamental, se tornando uma política estratégica, passando então, da denominação de PSF para ESF (Estratégia de Saúde da Família) com uma nova forma de atuação e organização dos serviços, reorganizando a prática assistencial em novos eixos e critérios (BRASIL,2012).

A ESF está organizada a partir de uma equipe mínima composta por enfermeiro, auxiliar/técnico de enfermagem, médico e agentes comunitários de saúde (ACS). Sua implantação fortaleceu a interiorização de profissionais de saúde para municípios. (BRASIL, 2006). Esta migração sem dúvida contribuiu para as melhorias na assistência à saúde, mas também evidenciou a necessidade constante de haver equipes preparadas com profissionais treinados e capacitados, a fim de atenderem as inúmeras demandas. No que se diz respeito aos profissionais de enfermagem, a ESF vem consentindo uma ampliação das áreas de atuação, maior empoderamento e visibilidade, com a introdução de novas práticas assistenciais e na gestão. (BRASIL, 2011).

O auxiliar de enfermagem, profissional com nível de escolaridade de primeiro grau, encontra na ESF um novo campo de práticas, que diferem das exercidas no âmbito hospitalar, que ainda são predominantemente voltadas para a execução de procedimentos, e aos poucos passa a apropriar-se de um novo território, que envolve famílias, sujeitos e comunidades. Com a expansão da categoria, o técnico de enfermagem, profissional em nível médio, passa a atuar aos poucos na ESF, apesar de não ser uma exigência legal do ministério de saúde. A atuação dessas duas categorias deve ser acompanhada, pois não receberam qualificação e específica neste cenário. (XIMENES NETO, 2008)

Compreende-se o processo de trabalho da equipe de saúde da família enquanto complexo, pois muitos dos elementos da prática remetem a objetos

teóricos distintos daqueles que compõem os currículos das graduações e da formação técnica em saúde, cuja lógica se mantém orientada por movimentos educacionais ainda significativamente deslocados, tanto da realidade epidemiológica, quanto dos propósitos assistenciais iniciados pelo SUS (FIÚZA et al., 2012).

Nesse contexto a educação permanente (EP) representa um instrumento fundamental para a capacitação e qualificação dos profissionais, pois objetiva responder a lacunas de conhecimentos e atitudes. Dessa forma, a EP fornece elementos para que a equipe possa entender e atender às necessidades de saúde da população de maneira resolutiva (FIÚZA et al., 2012).

O Ministério da Saúde está propondo a educação permanente como política de transformação das práticas de formação, de atenção, de gestão, de formulação de políticas, de participação popular e de controle social no setor da saúde. Essa educação se baseia na aprendizagem significativa, que pode ser entendida como aprendizagem-trabalho, ou seja, ela acontece no cotidiano das pessoas e das organizações (BRASIL, 2006).

Essa aprendizagem acontece a todo o momento em que nos questionamos sobre algum problema atual e procuramos a resposta, a partir de uma lógica de necessidade de aprendizagem. O primeiro passo para organizar essa questão de educação permanente é procurar perceber quais as necessidades de aperfeiçoamento relativo ao nosso cotidiano, dentro da realidade do nível de atenção à saúde na qual estamos inseridos.

Considerando o cenário do município de Lagoa de Itaenga/PE, no qual as unidades de Unidades de Saúde da Família (USF) funcionam como campo de prática da formação dos técnicos de enfermagem vinculados a instituição de ensino Grau técnico Carpina/PE. Registra-se que até o momento não existe uma formalização de uma política de educação permanente neste município, tão pouco a vigência de normatizações para o processo de integração ensino serviço.

Diante do exposto, o presente projeto de intervenção tem por objetivo, desenvolver um projeto de extensão nas USFs, na perspectiva de suprir as lacunas de educação permanentes vivenciadas nesse cenário de prática. Para tanto, nos guiamos pela seguinte pergunta condutora: Como a instituição de ensino pode contribuir para diminuir a dificuldade na articulação teórico- prático?

2. JUSTIFICATIVA

O interesse por esta temática surge da vivência da especializanda enquanto professora da instituição de ensino Grau Técnico, que desenvolve ações de integração ensino serviço na formação de técnicos de enfermagem no município de Lagoa de Itaenga/PE.

Entendendo que neste momento a formação especializada em saúde pública, proporciona um aprofundamento teórico, considera-se oportuno refletir em contribuições efetivas para o serviço.

Neste contexto, entende-se que este projeto possibilita uma reflexão crítica das práticas e conseqüente aperfeiçoamento, qualificando desta forma o processo de trabalho dos técnicos de enfermagem no município, munindo esses profissionais de subsídios teórico-reflexivos capazes de promover mudanças com aplicabilidade prática, visando à qualidade da atenção a saúde a população.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral:

- Desenvolver um projeto de extensão com técnicos de Enfermagem das Unidades de Saúde da Família que funcionam como campo de integração ensino serviço no município de Lagoa de Itaenga/PE.

3.2 Objetivos Específicos:

- Articular com a gestão a implantação do projeto de extensão;
- Diagnosticar as reais necessidades de Educação Permanente na perspectiva da gestão e dos profissionais de enfermagem (enfermeiro e técnicos de enfermagem).
- Realizar oficinas educativas, com vista às necessidades expostas pelo grupo.

4 REVISÃO DE LITERATURA

A partir da institucionalização do Sistema Único de Saúde (SUS), configurada na Lei 8.080/90, as questões relacionadas à ordenação de recursos humanos passa a ser uma atribuição deste sistema. Assim sendo, a política de recursos humanos na área da saúde deve ter sua normatização e execução envolvendo as três esferas de governo (BRASIL, 1990). Considerando que a formação esteja próxima da realidade, fazendo-se necessária a integração entre ensino, serviço e comunidade.

Com a criação da Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (SEGTES) em 2003, através do decreto presidencial nº4.726, o Ministério da Saúde passou a assumir este ofício de integrar ensino e serviço. A SEGTES do Ministério da Saúde detém a gestão a nível federal do SUS em relação a formação profissional e gestão do trabalho na saúde e possui como objetivos a ordenação da formação de recursos humanos na área da saúde, viabilizar articulação com instituições de ensino, movimentos sociais e entidades sindicais, bem como a integração dos setores da Educação e da Saúde, formular e propor políticas de formação e desenvolvimento profissional, entre outros (BRASIL, 2012.)

A Portaria Nº198/GM de 2004, instituiu a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor. A condução da Política a nível regional deve ser realizada através da instituição de Pólos de Educação Permanente em Saúde. Dentre os objetivos dos Pólos inclui-se o reconhecimento das necessidades de formação e desenvolvimento dos trabalhadores de saúde; a formulação de estratégias e processos para qualificação da atenção e gestão da saúde, bem como o fortalecimento do controle social e a proposição de políticas e o estabelecimento de negociações interinstitucionais e intersetoriais baseadas nestas necessidades, dentre outros. (PNEPS, 2004)

Ao longo do tempo, a formação profissional de saúde da família vem vivenciando transformações importantes, nesse contexto no início dos anos 2000, surgem os Pólos de Capacitação em Saúde da Família (PCSF) como parte de um conjunto de medidas de sustentação do até então Programa de Saúde da Família (PSF).

Os Pólos foram pensados para atender a três necessidades: a capacitação, a formação e a educação permanente e cumpriram com

sua tarefa de visualizar a complexidade das relações de formação para os trabalhadores de saúde, cruzando informações que expuseram a fragilidade do ensino na graduação, as disparidades regionais e locais dos pólos e das unidades de saúde da família, bem como as dificuldades financeiras e, sobretudo o formato dado à iniciativa; ou seja, a falência do modelo de cursos e palestras, bem como denunciou o enfoque biomédico e curativo (LANZA, 2011).

Assim, a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) surge em meio ao esgotamento dos PCSF, e tem como fundamento os princípios do SUS a partir da realidade dos serviços de saúde, valorizando seu caráter continuado e multiprofissional.

Considera-se a Educação Permanente em Saúde (EPS) como conceito pedagógico, no setor da saúde, para efetuar relações entre ensino e as ações e serviços, estabelecendo um diálogo e entre docência e atenção à saúde, articulando as necessidades dos serviços de saúde, as possibilidades de desenvolvimento dos profissionais, a capacidade resolutive dos serviços de saúde e a gestão social sobre as políticas públicas de saúde. Tendo com objetivos a transformação das práticas profissionais e da própria organização do trabalho, valorizando seu caráter continuado e multiprofissional (BRASIL, 2004).

A EPS está fundamentada na concepção de educação como transformação e aprendizagem significativa, centrada: no exercício cotidiano do processo de trabalho, na valorização do trabalho como fonte de conhecimento, na valorização da articulação com a atenção à saúde, a gestão e o controle social, e no reconhecimento de que as práticas são definidas por múltiplos fatores; voltada à multiprofissionalidade e à interdisciplinaridade, com estratégias de ensino contextualizadas e participativas, e orientada para a transformação das práticas (PEDUZZI, M. et AL, 2009).

A PNEPS possui um arranjo organizacional que contempla as três esferas de governo, (federal, estadual e municipal), e os Colegiados de Gestão Regional (CGR), As Comissões Permanentes de Integração Ensino-Serviço (CIES). A elaboração do Plano de Ação Regional de Educação Permanente em Saúde coerente com os Planos de Saúde estadual e municipais, da referida região, no que tange à educação na saúde, deve contemplar as especificidades regionais, com vistas à superação das desigualdades regionais, as necessidades de formação e desenvolvimento para o trabalho em saúde e a capacidade já instalada de oferta institucional de ações formais de educação na saúde (BRASIL, 2009)

Desta forma, percebe-se que o processo de trabalho das ESF é complexo e de grande importância para a atenção, guiado do ponto de vista normativo pelas

diretrizes operacionais contidas na a PNAB. E do ponto de vista formativo pela aprendizagem no trabalho, onde o aprender e o ensinar se incorporam ao cotidiano das organizações e ao trabalho, pautados na PNEPS.

5 CARACTERÍSTICAS DA INTERVENÇÃO

5.1 TIPO DE ESTUDO

O presente estudo trata-se de uma intervenção, uma ação feita pelo aluno, para a resolução de um problema real observado em seu território de atuação, buscando a melhoria das condições de saúde da população. Esta intervenção visa melhorar a assistência ao cuidado na atenção primária a saúde, de técnicos de enfermagem atuantes nas Unidades de Saúde da Família, no município de Lagoa do Itaenga/PE.

5.2 LOCAL DA INTERVENÇÃO

Município de Lagoa do Itaenga, localizado na região da Mata Norte de Pernambuco. População estimada para 2017, segundo o IBGE: 21.338 pessoas. Dispõe de 100% de área territorial coberta por equipe de Unidade básica de saúde, na modalidade de Estratégia de Saúde da Família, que se dividem em 9 USFs, 7 urbanas e 2 rurais. A intervenção será realizada com os profissionais de todas as Unidades básicas de Saúde da família do Município de Lagoa do Itaenga/PE.

5.3 SUJEITOS DA INTERVENÇÃO

Técnicos de enfermagem, Enfermeiros e Gestores atuantes na Estratégia de Saúde da Família do município.

5.4 DESCRIÇÕES DA INTERVENÇÃO

Objetivos Específicos	Ações	Metas	Prazos
OE1 Articular com a gestão a implantação do projeto de extensão;	Realizar reunião com a gestão da Atenção básica do Município de Lagoa de Itaenga/PE, para identificar as necessidades de Educação permanente e apresentar os objetivos do projeto de extensão.	100% das reuniões previstas.	Set/2017
OE2 Diagnosticar as reais necessidades de Educação Permanente na perspectiva da gestão e dos profissionais de enfermagem (enfermeiro e técnicos de enfermagem).	Realizar oficina com enfermeiros e técnicos de enfermagem para identificação das necessidades de educação permanente específicas para os técnicos de enfermagem.	100% das oficinas previstas.	02 a 07 Out/2017

<p>OE3</p> <p>Realizar oficinas educativas, com vista às necessidades expostas pelo grupo.</p>	<p>Etapa 01:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Seleção de alunos integrantes do Projeto. • Planejamento das oficinas <p>Etapa 02: execução das oficinas conforme as necessidades apresentadas pelo grupo</p>	<p>100% das oficinas Planejadadas</p>	<p>Nov/2017</p>
--	---	---------------------------------------	-----------------



Reunião com a gestão e Enfermeiros da Atenção básica do Município de Lagoa de Itaenga/PE, para identificar as necessidades de Educação permanente e apresentar os objetivos do projeto de extensão.

OE2



Reunião com os técnicos de enfermagem atuantes na APS, para identificação das necessidades de educação permanente específicas para a categoria.

OE3
Etapa
01



Seleção de alunos integrantes do Projeto. Reunião para planejamento das oficinas.

OE3
Etapa
02



Execução das oficinas conforme as necessidades apresentadas pelo grupo..

6 RESULTADOS ESPERADOS

Melhorar o processo de integração ensino serviço, com a contribuição da instituição de ensino técnico enquanto contrapartida na educação permanente dos técnicos de enfermagem.

7 VIABILIDADE

Esta intervenção será de grande valia para o Município, pois o mesmo terá toda essa categoria atualizada, no que diz respeito à atenção Primária a Saúde e isso trará benefícios, não só aos profissionais, mas também a toda população assistida pela estratégia de saúde da família. O projeto é viável tanto financeiro como tecnicamente, uma vez que o município dispõe da infraestrutura para que as ações ocorram, sem ônus, permitindo o desenvolvimento do projeto.

8 CRONOGRAMA

2017/2018

Atividades	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan
Pesquisa sobre a temática e viabilidade do PI	X	X	X					
Levantamento Bibliográfico		X	X	X	X			
Oficina com técnicos, das USFs						X	X	X
Elaboração do PI	X	X	X	X				
Reunião com técnicos, enfermeiro e gestores da APS					X			
Desenvolvimento do projeto de extensão				X	X	X	X	X
Avaliação dos resultados							X	X
Preparação para defesa do PI				X	X			
Defesa do PI						X		

9 ORÇAMENTO ESTIMADO

Materiais	Custo
Papel	30,00
Cartucho Preto	60,00
Caneta	6,00
Encadernação	15,00
Lápis	6,00
Xerox	30,00
Transporte	40,00
Alimentação/ coffee break	70,00
Total	257,00

10 FINANCIAMENTO

O projeto será financiado com recursos próprios e não apresenta custo para o município e nem para a instituição de ensino.

11 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **Política de Educação e Desenvolvimento para o SUS: caminhos para a educação permanente em saúde – Pólos de educação permanente em saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004, 66p. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_educacao_permanente_saude.pdf. Acesso em: 29 de agosto de 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. **Departamento de Gestão da Educação em Saúde. Política nacional de educação permanente em saúde. Brasília: Ministério da Saúde**. 2009. 63 p. (Série B. Textos básicos de saúde) (Série Pactos pela saúde 2006, 9). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_educacao_permanente_saude.pdf. Acesso em: 29 de setembro de 2017.

BRASIL. Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011: **Atenção Primária e Promoção da Saúde / Conselho Nacional de Secretários de Saúde**. – Brasília: CONASS, 2011. (Pag. 10 - 36)

BRASIL. **Portaria nº 646 de 21 de março de 2006**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2006/GM/GM-648>. Acesso em: 29 de setembro de 2017.

BRASIL. **Política Nacional de Atenção Básica / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde**. Departamento de Atenção Básica. – Brasília, 2012. (Pag. 43 - 54)

FIÚZA, T. et al. **Necessidades educacionais dos profissionais da Estratégia Saúde da Família (ESF): possibilidades de Educação em Saúde no município de Fortaleza (CE)**. Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, v. 7, n. 24, p. 139-146, 2012.

LANZA, L. M. B, **A formação profissional dos trabalhadores em saúde na atenção Básica**. In: V Jornada internacional de políticas públicas. São Luiz do Maranhão. 2011. p.10

Lei No. **8080/90, de 19 de setembro de 1990**. Brasília: DF. 1990. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8080.htm Acesso em: 05 set. 2017.

PEDUZZI, M. et al **Atividades educativas de trabalhadores na atenção primária:**

concepções de educação permanente e de educação continuada em saúde presentes no cotidiano de Unidades Básicas de Saúde em São Paulo. Interface - Comunic., Saúde, Educ., v.13, n.30, p.121-34, jul./set.2009.

XIMENES NETO, F.R. G et al. **Auxiliares e técnicos de enfermagem na saúde da família: perfil sociodemográfico e necessidades de qualificação** Trab. educ. saúde vol.6 no.1 Rio de Janeiro Mar./June 2008

ANEXOS

- Termo de Aceite de Orientação.
- Declaração de Anuência.